



DESAFIOS E PRÁTICAS PARA OS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM ENSINO NA SAÚDE

Rosana Brandão Vilela¹

Nildo Alves Batista²

RESUMO

Este estudo objetivou conhecer as concepções dos coordenadores dos cursos de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde, procurando subsídios para o aprimoramento e sustentabilidade dos programas. O trabalho teve caráter qualitativo exploratório com a realização de entrevistas semi-estruturadas com coordenadores dos programas, e análise temática dos dados coletados. Evidenciou-se três categorias: A prática como princípio educativo; O formato conservador do produto final e O potencial transformador da prática. Os resultados encontrados revelam que, apesar da prática do mestrando nortear os cursos, o perfil discente e o produto final do mestrado são ainda desafios importantes nessa modalidade de pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissionalizante – Mestrado Profissional – Ensino em Saúde.

ABSTRACT

The purpose of this paper was to learn the conceptions of the coordinators of Professional Master's Degree Courses in Health Education, and to seek subsidies and support for the improvement and sustainability of such courses. The study had a qualitative exploratory design. Semi-structured interviews were conducted with the coordinators of these master's degree programs, and thematic analyzes of the collected data were made. Three categories stood out: practice as educational principle; the conservative format of the final product; and the transforming potential of practice. The findings reveal that, even though courses are orientated by the practices of the master's degree students, the student profile and the final product of the master's degree courses are still major challenges in this type of graduate school course.

KEYWORDS: Professionalizing Education – Professional Master's Degree – Health Education.

Introdução

A regulamentação dos mestrados profissionais (MPs), ocorrida com a Portaria nº 080/98 (CAPES, 1998), traz como proposta a criação de cursos de natureza qualitativamente diferente dos mestrados acadêmicos. Os MPs teriam como características: a articulação entre uma base de pesquisa consolidada; produção científica e técnica; corpo docente qualificado academicamente e com experiência gerencial; desenhos curriculares e estratégias inovadoras de ensino-aprendizagem claramente articulados às experiências profissionais dos alunos e às demandas da sociedade.

¹ Docente Associada do Curso de Medicina da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: zanavilela@gmail.com

² Docente Titular da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: nbatista@unifesp.br

A Portaria normativa nº 17 (BRASIL, 2009), em vigor, dispõe sobre o MP e considera que esta modalidade de Mestrado deve oferecer subsídios teórico-conceituais e metodológicos aos profissionais, aprimorando seu desempenho a partir de uma atuação mais crítica, reflexiva e criativa nos seus ambientes de prática profissional. Deve ainda dotar estes profissionais dos instrumentos e procedimentos que o habilitem a apropriar-se, permanentemente, do conhecimento científico em contínua mudança e atualização. Esses subsídios têm por objetivo orientar a produção de trabalhos de conclusão do Mestrado, que representem projetos de intervenção diversificados com o propósito de transformação das práticas.

Para Fischer (2005) e Quelhas, Faria Filho e França (2005), o MP é visto como importante ferramenta na integração e complementação entre os problemas provenientes do campo social e profissional e o conhecimento gerado na universidade.

Brandão, Deccecahe-Maia e Bomfim (2013, p. 324) afirmam que

O MP seria interessante não somente por conceder àqueles que estão no cotidiano do trabalho a oportunidade de voltar academia, mas também, pelo fato de debruçar-se sobre a própria realidade desse trabalho refletindo-a, pesquisando-a e devolvendo-lhe “produtos educacionais” que podem contribuir com sua transformação.

Diante da realidade evidenciada de que a formação dos profissionais dos serviços de saúde não tem sido suficientemente satisfatória, o sistema único de saúde – SUS - (BRASIL, 1990) ao se assumir enquanto ordenador do processo formativo do profissional de saúde, assume também o desafio de aperfeiçoar os serviços de saúde como espaços do processo ensino - aprendizagem. Neste sentido, faz-se necessário qualificar os profissionais que atuam junto à graduação e residência na área da saúde para a produção do conhecimento, para as inovações tecnológicas, visando atender aos princípios filosóficos, organizacionais e operativos preconizados pelo SUS e aos problemas de saúde da população.

Tomar a própria prática docente como ponto de partida para empreender mudanças no cotidiano do ensinar e aprender no âmbito dos serviços de saúde, em um movimento de ação-reflexão-ação, constitui-se em instigante caminho a ser trilhado (BATISTA, BATISTA, GOLDENBERG ET AL., 2005; FEUERWERKER, 2002). Esta é a premissa do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde (MPES).

Sendo assim, o incentivo para a construção de um espaço que valorizasse e qualificasse a questão da formação em nível de pós-graduação e do desenvolvimento da pesquisa em ensino na saúde, proposto e avaliado pela Capes foi apostar, não somente num novo perfil do profissional da saúde, mas sobretudo, em um novo perfil de docente, capaz de gerar e gerir mudanças na formação dos profissionais da área da saúde (BRASIL, 2010). Esta iniciativa induziu um crescimento expressivo dos MPES a partir de 2011 (VILELA e BATISTA, 2015).

Considerando que este tipo de PG trata-se de uma experiência de inovação e reinvenção em que alunos vêm iluminar as suas práticas com as teorias, este estudo teve como objetivo apreender as concepções dos coordenadores dos cursos de MP de ensino em ciências da Saúde sobre a modalidade Mestrado Profissional.

A relevância do estudo se deve não apenas ao fato da necessidade de se avançar nesta reflexão, mostrando a importância de realizar-se um estudo acerca da construção deste novo espaço de discussão e de articulação entre a academia e o serviço de saúde, mas também ao reconhecimento da complexidade que envolve a identidade do MP, e a importância da coordenação na superação desses desafios.

Metodologia

Este estudo é derivado da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Mestrado Profissional em Ensino na Saúde: subsídios para o aprimoramento dos programas”. Os dados aqui apresentados referem-se à perspectiva dos coordenadores dos MPES, e foram publicados (VILELA e BATISTA, 2016), em versão mais resumida, nas atas do 5º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (CIAIQ2016).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo sobre as concepções dos coordenadores dos cursos de MP de ensino na Saúde do Brasil sobre a modalidade Mestrado Profissional.

Na primeira fase da pesquisa foi identificada a amostra de âmbito nacional, visando corresponder ao que determina os objetivos da pesquisa. O estudo teve como limite, estudar os programas em MPES existentes e reconhecidos pela Capes até o ano de 2013. Esse recorte possibilitou a identificação de 13 programas existentes no país.

Neste estudo, entende-se como MPES, o programa que tem por objetivo tomar a prática docente do mestrando como ponto de partida para empreender mudanças no cotidiano do ensinar e aprender no âmbito dos serviços de saúde e das IES, em um movimento de ação-reflexão-ação.

Na segunda fase, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores dos programas que estavam em funcionamento há pelo menos um ano, para aprofundar o conhecimento sobre as concepções dessa modalidade de pós-graduação.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi elaborado a partir dos seguintes núcleos direcionadores: características do MP, desafios, nós críticos e produto final exigido. Uma carta-convite, contendo informações, esclarecimentos, relevância e objetivos do estudo, foi enviada por meio dos endereços eletrônicos aos sujeitos da pesquisa, juntamente com o *link* de acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram produzidos entre os meses de setembro de 2014 a fevereiro de 2015 com a participação de nove coordenadores, que aceitaram participar, respondendo ao roteiro de entrevista, o qual foi encaminhado para armazenamento dos dados no *GoogleDocs*. Esse número de entrevistas não implicou em limitações aos objetivos propostos na pesquisa.

Como procedimentos de análise de dados, foi realizada análise temática, uma das técnicas de análise de conteúdo. Inicialmente, trabalhou-se na organização dos documentos selecionados e na transcrição das entrevistas. Em seguida, foi realizada a leitura flutuante e a identificação do material de análise, constituindo assim o *corpus* da pesquisa. Por fim, foram identificadas as unidades de registro e de contexto para a formulação das categorias de análise e a interpretação dos núcleos de significação encontrados (MINAYO, 2006).

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Plataforma Brasil e aprovado com o Parecer nº 428.955. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. E, para preservar o sigilo dos entrevistados, eles foram nomeados por ordem sequencial de E1 a E9.

Resultados e Discussão

A análise das concepções dos coordenadores dos MPES sobre esta modalidade de PG, bem como das práticas identificadas nas entrevistas, é importante para o avanço do conhecimento sobre este novo espaço de articulação entre a academia e o serviço de saúde.

As entrevistas permitiram a identificação de 52 unidades de contexto nas falas, com 93 unidades de registro. Destas unidades emergiram três categorias e duas subcategorias. São elas: 1) A prática como princípio educativo, com as sub-categorias o discente inserido na prática e a prática como objeto de pesquisa; 2) O formato conservador do produto final e, 3) O potencial transformador da prática.

A Portaria de n. 17/2009 da Capes define como um dos objetivos do MP:

[...] capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho

A primeira categoria, a prática como princípio educativo, traduz uma formação cuja característica própria é o compromisso com a experiência proveniente do mundo do trabalho, e apresenta três subcategorias: o discente inserido na prática, a estrutura curricular comprometida com a prática e a prática como objeto de pesquisa.

Sobre o discente inserido na prática, Melo e Oliveira (2005) ressaltam que o surgimento dos MPs corresponde a uma busca pela aproximação da produção acadêmica às práticas laborais, ou seja, um olhar voltado para as necessidades do mercado de trabalho.

Verifica-se que as falas dos coordenadores vem reforçar esta concordância:

Os pré-requisitos para inscrição dos candidatos são: serem servidores do SUS e exercerem atividades de ensino na graduação da área de saúde, como docentes, preceptores, tutores ou similar. (E5)

[...] é priorizado o envolvimento do candidato com ensino de graduação e pós-graduação, seja como professor ou preceptor. (E3)

Fischer (2003)¹⁸ retrata um perfil diferenciado deste aluno. No geral são pessoas que buscam melhorar a qualificação profissional junto a um curso de excelência - em termos de conteúdo e forma - conciliando aulas e trabalho. Possuem experiência profissional considerável, além de participarem de diversos outros cursos e eventos e lerem revistas e livros especializados.

No entanto, esse perfil também é visto como um nó crítico pelos coordenadores dos programas, como se evidencia nos recortes das falas:

[...] (É um nó crítico) ter que lidar com a falta de tempo dos estudantes para a dedicação necessária a um curso de pós-graduação, visto que o curso é realizado juntamente com as atividades empregatícias. (E1)

As dificuldades (dos mestrados) estão relacionadas ao cumprimento dos requisitos para a formação em nível de mestrado (proficiência em segunda língua, dedicação aos estudos e pesquisa) tendo em vista que são profissionais dos serviços. (E2)

O desenvolvimento do programa tem como desafio garantir a qualidade da formação e obter a conclusão em prazos adequados, no máximo 36 meses, e sem dedicação integral. Diferentemente do que ocorre na PG acadêmica, os alunos não têm disponibilidade de tempo para participar de grupo de pesquisa ao qual estariam associados, porque precisam manter suas atividades profissionais enquanto realizam sua formação.

Esses aspectos constituem desafios importantes para o desempenho docente em geral, e para as tarefas de orientação em particular. Por isso, acredita-se que a necessidade de compartilhar o tempo entre o mestrado e o trabalho, bem como o pouco preparo para pesquisa, características do discente deste tipo de PG, são relatadas como nós críticos ou dificuldades.

Os resultados desta pesquisa mostram o quanto, ainda, a visão acadêmica e a pouca clareza conceitual sobre o MP permeiam a PG brasileira. Isto, possivelmente se deve a presença contundente e mais antiga dos cursos de mestrado acadêmico no cenário brasileiro. Faz-se necessário assumir o modelo provocativo do MP, possibilitando arranjos curriculares inovadores, compatíveis com o perfil discente desta modalidade de PG.

Sobre a prática como objeto de pesquisa, parece óbvio é que os estudos provocados pelo MP têm destino prático, são produzidos a partir de contexto deliberadamente específico e ultrapassam as necessidades, ambições e desejos de qualquer indivíduo singular.

(O MP tem) produção de conhecimento relacionada à prática nos serviços (E6)

O mestrado profissional permite a qualificação de profissionais, trabalhando com projetos de pesquisa que gerem intervenção nos seus serviços. (E3)

Negret, Nunes e Bontempo (2012) realçam as características desta modalidade de PG, regida pela Portaria da Capes, onde a informação científica produzida por esses programas “deve estar orientada para a aplicabilidade (...) na realidade pesquisada”.

Para Ribeiro (2005), Scarano e Oliveira (2005) a principal diferença entre os mestrados acadêmicos e os profissionais está no resultado final almejado. Enquanto no programa acadêmico este culmina na formação do pesquisador, nos MPs o objetivo é formar um profissional capacitado para localizar, reconhecer, identificar e usar a pesquisa nas suas atividades. Isto implica, como sustenta Ribeiro (2006), em desafios tão altos ou ainda maiores do que se postam nos programas acadêmicos.

Visivelmente este é um aspecto de alta relevância na implantação de um modelo de formação de um mestrado profissional. A consciência explícita de que a pesquisa no MP atende à demanda da prática do mestrando constitui a base de um processo de formação e, sem dúvida nenhuma, fundamenta um grande acerto pedagógico.

A segunda categoria identificada na entrevista dos coordenadores dos MPES tem como objeto o Produto Final ou Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso (TACC) que, conforme a Portaria da Capes (BRASIL, 2009, p.21),

[...] poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela Capes (BRASIL, 2009, p.21).

Para os participantes da pesquisa, apesar da Portaria da Capes (BRASIL, 2009) prever que esta atividade obrigatória de defesa de um trabalho final tem seu escopo de possibilidades ampliado, ainda predomina o formato da dissertação do modelo acadêmico, acompanhado de artigo científico e/ou produto técnico. Este aspecto merece destaque na medida em que esta questão tem sido uma preocupação recorrente na discussão sobre a identidade do MP.

[...] Os produtos finais exigidos podem ser vários mas no nosso caso, além da dissertação, (no TACC) temos a obrigatoriedade de um artigo científico e de produtos técnicos. (E1)

[...] (O TACC) além da Dissertação... exige-se também a elaboração e apresentação de um Produto relacionado à pesquisa e que possa ter aplicabilidade nos serviços. (E8)

[...] (O TACC se constitui em) Dissertação e um artigo submetido a uma revista científica. (E2)

Sobre o assunto, dizem Santos, Hortale e Arouca (2012, p.2152), “(...) Não se pode partir do princípio de que todas as demandas de pesquisa dos alunos de MP sejam passíveis de se acomodarem em uma dissertação (...)”, e, para esse resultado, formula três hipóteses: 1) os docentes não dominariam outra forma de apresentação de trabalho final; 2) como o MA da instituição preconiza a elaboração de produtos dessa natureza, as propostas de MP somente repetiram o que estava estabelecido; 3) e ou a ideia ainda largamente cristalizada de que o MP, para ter o mesmo valor que o MA, deve exigir o mesmo produto.

Citando Moreira (2004, p.134), um trabalho de conclusão de curso na área de ensino deve ser o resultado de uma pesquisa

[...] aplicada, descrevendo o desenvolvimento de processos ou produtos de natureza educacional, visando à melhoria do ensino na área específica, sugerindo-se fortemente que, em forma e conteúdo, este trabalho se constitua em material que possa ser utilizado por outros profissionais.

Na área da saúde, visando contribuir para a solução dos problemas do cotidiano, Paixão e Bruni (2013) salientam a importância dos produtos finais desenvolvidos pelos alunos dos MP nesta área (na forma de tecnologias, manuais, instrumentos de triagem, diagnósticos de saúde e projetos de intervenção) e, como estes colaboram para o aperfeiçoamento das práticas ao mesmo tempo em que agregam conhecimento à área e auxiliam no desenvolvimento do SUS.

Entende-se com os resultados desta pesquisa que há necessidade de maior discussão e reflexão da área de Ensino na Saúde sobre os objetivos do MPES e os princípios do MP, sobretudo na busca de aprimoramento do Produto Final do Curso. Adicionalmente, recomenda-se que o produto ou trabalho acadêmico final contenha necessariamente uma produção técnica ou educacional, sendo esta indispensável para a conclusão do mestrado profissional na área de Ensino.

Outro aspecto relevante do cuidado com a produção deste trabalho final são as muitas possibilidades no crescimento da produção tecnológica e na inovação de processos institucionais com os produtos do MP.

O mundo de hoje é caracterizado pela criação de processos naturais pelo homem, que age sobre a natureza como está acostumado a agir sobre a história. Não é a fabricação, a manipulação da natureza, mas a iniciativa, o fato de o homem introduzir a novidade ali onde as coisas não estão inteiramente determinadas: o espaço investido pela formação para empreender modificações na realidade instituída. Isto significa novas práticas de trabalho (ARENDDT, 2000).

A última categoria - o potencial transformador da prática – emergiu do entendimento que o MP é uma experiência que possibilita inovação e transformação da prática profissional.

As falas dos coordenadores ilustram essa intenção,

[...] O MP tem por característica oportunizar aos profissionais que atuam nos diferentes cenários de prática, refletir sobre suas práticas e propor transformações na atenção à saúde, nos serviços em geral, na formação dos profissionais da equipe. (E2)

[...] (MP) agrega o conhecimento científico que permite aplicar no cotidiano (promovendo) transformação positiva no ambiente profissional. (E5)

Os resultados deste mostram que os coordenadores tendem a consentir que os MPES podem fazer com que o egresso seja capaz de operar no seu local de trabalho o desenvolvimento de novas técnicas de organização das atividades institucionais e, com isso, realizar também transformações nas instituições de que são oriundos, de acordo com o previsto nos objetivos do MP da portaria de n. 17/2009 da Capes e relatado por Brandão, Deccahe-Maia e Bomfim (2013).

Porém, o processo de inovação e transformação da prática não é simples. Santos, Hortale e Arouca (2012) sustentam que, para que o egresso do MP possa propor inovações, ele deve instigar saberes que vão além do domínio técnico da investigação. Isto envolveria sua capacidade de iniciativa e de criação, da mobilização de pessoas para empreender a inovação, da gestão e realização de trabalhos coletivos e de gerenciamento de projetos. Para atender a este perfil profissional, os cursos dessa modalidade podem criar situações de aprendizagem que potencializem o *saber-fazer* do mestrando.

Além destas capacidades individuais do estudante, os autores (SANTOS, HORTALE e AROUCA, 2012) indicam a necessidade da criação de novos processos de gestão institucional, como a imprescindível valorização da iniciativa como um elemento formativo. Desse modo, o MP, ao formar indivíduos capazes de transformar suas próprias práticas, também termina por realizar transformações nas próprias instituições de que eles provêm.

O mestrando não conseguirá efetuar mudanças se não houver um coletivo favorável, com disposição para implementar novos processos de gestão. E, neste ponto, Santos, Hortale e Arouca (2012), citam Bourdieu (2004), “as oportunidades que um agente tem de submeter as forças do campo aos seus desejos são proporcionais à sua força sobre o campo[...]”. Ou seja, a exemplo do que acontece no campo científico e a menos que a sua intervenção seja capaz de questionar os fundamentos da ordem estabelecida, possivelmente sua posição no espaço social da organização pouco ou nada variará.

Neste tópico identifica-se a ausência nas narrativas dos coordenadores de um aspecto desafiador para o MPES: a dificuldade de avaliação do impacto desta pós-graduação na formação e nos serviços de saúde. Será importante pensar no desenvolvimento de instrumentos de avaliação que permitam acompanhamento dos egressos, seguindo sua trajetória profissional, bem como, o desenrolar do Produto Final (publicação de artigo e inserção do produto educacional ou técnico). Para alguns autores (BARATA, 2006; TEKIAN & HARRIS, 2012), este tipo de avaliação não é fácil. Contudo, para firmar e inovar essa modalidade de formação, devem ser estabelecidos critérios e mecanismos para o seguimento desses programas e seus impactos.

Considerações finais

O MP é uma modalidade de formação que se caracteriza por uma rede viva, composta por atores e instituições e inteiramente compromissada com a experiência proveniente do mundo do trabalho. Portanto, ela tem as práticas como cenário de reflexão para a construção de novos conhecimentos - visto que a sua finalidade é equacionar e propor intervenções em um problema emergido dessa prática - buscando a melhoria das condições de trabalho e de vida das organizações produtivas, neste caso o fortalecimento do SUS.

O presente estudo teve como foco investigar sobre as concepções dos coordenadores dos cursos de MP de ensino em ciências da Saúde sobre a modalidade Mestrado Profissional.

Neste sentido, foi realizada a análise e interpretação dos dados, examinando elementos das entrevistas com coordenadores e dados da literatura que levantassem diferentes tensionamentos sobre o MP.

Cabe ressaltar a disponibilidade dos coordenadores para a pesquisa: poder estar em muitos lugares diferentes - com falas e realidades distintas - consistiu um ponto forte desse estudo.

Os resultados mostraram que estes profissionais percebem três categorias neste modelo de PG: a prática como princípio educativo; o formato conservador do produto final e o potencial transformador da prática.

A prática como princípio educativo tem como característica o compromisso com a experiência proveniente do mundo do trabalho. Nesta categoria se insere as sub-categorias: 1) o discente inserido na prática e, 2) a prática como objeto de pesquisa.

A categoria representada pela *Prática como Princípio Educativo no MP* expôs, em suas 2 sub-categorias, que uma das principais características desta modalidade de PG é que profissionais experientes - já inseridos na prática - voltam à academia para qualificá-la com teorias e pesquisas apropriadas. Os coordenadores afirmam estas características do mestrando. Porém, a fala destes atores, em alguns momentos, revela que há forte influência dos programas acadêmicos, associada à falta de clareza sobre os princípios do MP, que se traduzem em resistência ao perfil discente.

Sobre o Formato Conservador do Produto Final, os resultados indicaram para a dissertação e artigo científico como os modelos mais identificados como Produto Final pelos sujeitos da pesquisa. Ainda parece faltar muito para uma ruptura com o modelo acadêmico e este aspecto merece destaque na medida em que esta questão tem sido uma preocupação recorrente na discussão sobre a identidade do MP.

Viabilizar a transformação da prática é ressaltada como uma grande potencialidade do MP. É possível afirmar que a transformação nos MPES envolve fatores que vão além da estrutura curricular do programa, e requer avaliação do impacto desta pós-graduação nos

processos de formação (graduação e residências em saúde), bem como nos serviços de saúde.

Assim, os coordenadores concordam e reafirmam os principais objetivos do MP inseridos na portaria de n. 17/2009 da Capes, a qual tem como premissa que trata-se de um curso de pós-graduação *stricto sensu* que oportuniza a capacitação voltada para a prática profissional, por meio da aplicação do conhecimento em conjunto com o rigor metodológico e os fundamentos científicos, possibilitando a transformação de procedimentos. Porém, observa-se, através das entrevistas, que há dificuldades em lidar com o perfil discente e uma forte influência do modelo acadêmico sobre o produto final do mestrado. Esses dados sinalizam para a necessidade de maior reflexão e alinhamento junto aos programas, para que seja possível alcançar uma identidade mais coerente com os preceitos deste tipo de pós-graduação.

Acredita-se que novas pesquisas devem ser realizadas com vistas a construir novos entendimentos acerca das singularidades e características do MPES. Dentre elas o acompanhamento dos egressos para avaliar a importância das competências adquiridas no curso e sua trajetória profissional. A consideração e análise da vida destes que se inserem em programas de pós-graduação - além de revelar a qualidade da instituição comprometida com a formação de melhores profissionais - permite também buscar subsídios para antecipar necessidades futuras, corrigir desvios e incorporar metas para aprimorar o ensino.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- BARATA, Rita Barradas. Avanços e desafios do mestrado profissionalizante. In: LEAL, Maria do Carmo; FREITAS, Carlos Machado de (Org.). **Cenários possíveis: experiências e desafios do mestrado profissional na saúde coletiva**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. cap. 12.
- BATISTA, Nildo; BATISTA, Sylvia; GOLDEMBERG, Paulete et al. O enfoque problematizador na formação de profissionais da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 231-237, abr. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRANDÃO, Maylta dos Anjos; DECCAHE-MAIA, Eline; BOMFIM, Alexandre Maia. Os desafios da construção de um mestrado profissional: um panorama dos sete anos do Propec. **Polyphonia**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 319-337, jul./dez. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2009b. p. 20. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17_MP.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Superior. Departamento de Hospitais e Residências. Ministério da Saúde. Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Recomendações para Projetos de Mestrados Profissionais em ensinos na saúde**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://capes.gov.br/36-noticias/3682-recomendacoes-para-projetos-de-mestrados-profissionais-em-ensinos-na-saude>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Portaria 80, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. 1999. Seção 1, p. 14. Disponível em: <<http://ojs.rbpq.capes.gov.br/index.php/rbpq/article/view/88/84>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

FEUERWERKER, Laura Camargo. **Além do discurso de mudança na educação médica: processos e resultados**. São Paulo: Hucitec, 2002.

FISCHER, Tania. Mestrado profissional como prática acadêmica. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 24-29, jul. 2005.

FISCHER, Tania. Seduções e riscos: a experiência do Mestrado Profissional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 119-123. abr./jun. 2003.

MELO, Kátia Valéria Araújo; OLIVEIRA, Rezilda Rodrigues. Origens e desenvolvimento institucional de um mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 105-123, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MOREIRA, Marco Antonio. O mestrado (profissional) em ensino. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 1, p. 131-142, 2004.

NEGRET, Fernando. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. **Revista Brasileira de pós-graduação**, v. 5, n. 10, p. 13-22, 2008.

PAIXÃO, Roberto Brasileiro; BRUNI, Adriano Leal. Mestrados profissionais: características, especificidades, diferenças e relatos de sucesso. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 14, n. 2, p. 279-310, 2013.

QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; FÁRIA FILHO, José Rodrigues; FRANÇA, Sérgio Luiz Braga. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 97-104, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. O mestrado profissional na política atual da Capes. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 8-15, 2005.

RIBEIRO, R. J. Ainda sobre o mestrado profissional. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, p. 313-315, 2006.

SANTOS, Gideon Borges; HORTALE, Virgínia Alonso; AROUCA, Rafael. **Mestrado Profissional em Saúde Pública: caminhos e identidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.

SCARANO, F. R.; OLIVEIRA, P. E. A. M. Sobre a importância da criação de mestrados profissionais na área de ecologia e meio ambiente. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 2, n. 4, p. 90-96, 2005.

TEKIAN, Ara; HARRIS, Ilene. Preparing health professions education leaders worldwide: A description of masters-level programs. **Medical teacher**, v. 34, n. 1, p. 52-58, 2012.

VILELA, Rosana Brandão; BATISTA, Nildo Alves. Mestrado Profissional em Ensino na Saúde no Brasil: avanços e desafios a partir de políticas indutoras. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, p. 307-331, 2015.

VILELA, Rosana Brandão; BATISTA, Nildo Alves. Mestrados Profissionais de Ensino em Ciências da Saúde no Brasil: concepções e práticas. **CIAIQ2016**, v. 1, p. 173-182, 2016.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

VILELA, Rosana Brandão; BATISTA, Nildo Alves. Desafios e práticas para os mestrados profissionais em ensino na saúde. **Revista Fórum Identidades**. v. 22, n. 22, jan./abr., p. 159-172, 2016.

Recebido: 05.03.2016 – Aprovado: 24.04.2016